

CORREIO BRAZILIENSE

TERRAS PÚBLICAS

Governador Joaquim Roriz tinha 15 dias para sancionar ou vetar projeto que regulariza invasão. Não fez isso e deixou a tarefa para os deputados distritais. Lei será promulgada hoje

Estrutural é legalizada

André Garcia e
Paola Lima
Da equipe do Correio

A Câmara Legislativa vai assumir a responsabilidade de regularizar a Estrutural, maior invasão do Distrito Federal. O governador Joaquim Roriz preferiu não se posicionar sobre a regularização da favela e deixou para o presidente da Câmara, deputado Gim Argello (PMDB), a tarefa de tirar do papel o projeto que autoriza a fixação de quase cinco mil famílias na área vizinha ao Parque Nacional de Brasília. O parlamentar não perdeu tempo e anunciou para hoje a oficialização da lei.

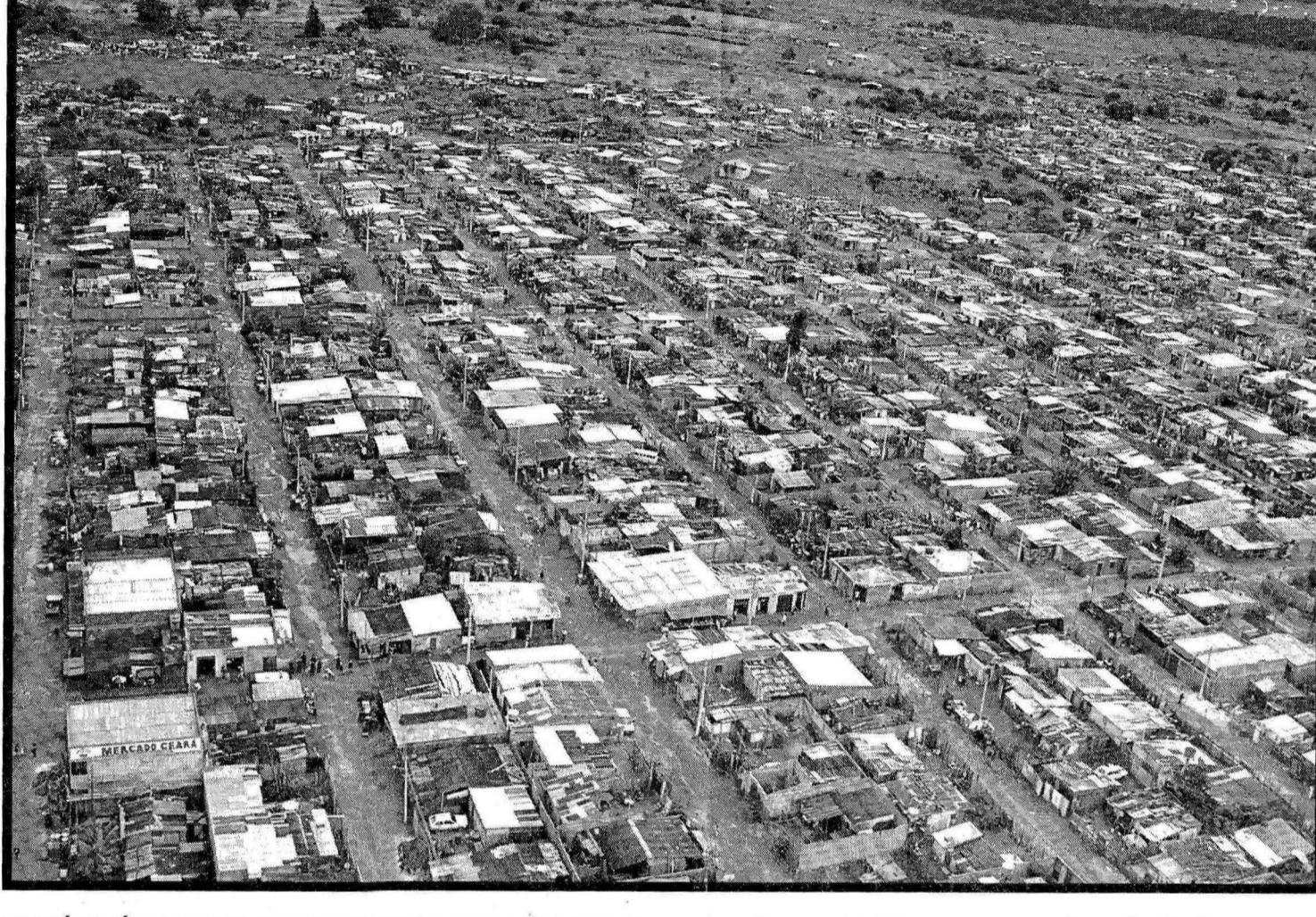
A proposta, de autoria do deputado José Edmar (PMDB), foi aprovada no dia 12 de dezembro do ano passado. Dez dias depois, chegou às mãos do governador. Ele tinha duas opções: vetar o projeto ou sancioná-lo, transformando-o em lei. Temendo o desgaste que qualquer uma das duas decisões traria para o governo, Roriz resolveu não optar por nenhuma delas. Não vetou a lei, para não desagrardar os invasores, nem a sancionou, evitando confronto com o Ministério Público e ambientalistas. Ambos reclamam da falta de estudos técnicos que indiquem a viabilidade de instalação de uma cidade na área.

A estratégia de Roriz foi deixar passar propositadamente o prazo de 15 dias do qual dispunha para se manifestar. Em casos como esse, a Lei Orgânica do DF determina que a omissão do governador seja considerada como sanção da lei. E passa para o presidente da Câmara a obrigação de oficializá-la. Assessores do Buriti admitem que a manobra teve por objetivo garantir a aprovação da lei sem que o governador precisasse se posicionar oficialmente.

Quando entrar em vigor, a lei vai autorizar a permanência do invasor na Estrutural, desde que more no barraco há pelo menos cinco anos e não seja proprietário de outro terreno no DF. Mas o próprio governo admite que não tem condições de criar imediatamente uma cidade no local. O secretário de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Antônio Barbosa, por exemplo, informou por meio de sua assessoria que o Estudo de Impacto Ambiental da área sequer foi iniciado. Sem o estudo, o governo é proibido por lei de criar novos setores habitacionais.

A ausência de dados técnicos sobre o impacto que a ocupação urbana na Estrutural terá no meio ambiente é um dos problemas apontados por ambientalistas e pelo Ministério Público para a legalização da invasão. Teme-se que a fixação dos invasores termine por contaminar as nascentes do Parque Nacional, responsáveis pelo abastecimento de água de um terço da população do DF. E alerta-se que a população da Estrutural é ameaçada pela existência de um poliduto da Petrobras que passa próximo à invasão, além do aterro sanitário, onde se despeja lixo diariamente.

Adauto Cruz 16.12.00



MINISTÉRIO PÚBLICO ALERTA SOBRE RISCOS PARA A POPULAÇÃO: LIXO DO ATERRAMENTO SANITÁRIO E POLIDUTO DA PETROBRAS PRÓXIMO À INVASÃO

Adauto Cruz 25.12.98

LINHA DO TEMPO

DEZEMBRO DE 1994

A invasão abriga 528 famílias no final do mandato anterior de Joaquim Roriz à frente do GDF.

DEZEMBRO DE 1995

O governador Cristovam Buarque não reconhece legalidade no projeto aprovado pela Câmara Legislativa para criação da Cidade Estrutural e veta a lei.

JULHO DE 1997

Da noite para o dia, surgem 700 novos barracos na invasão. A PM, durante dez dias, protagoniza um confronto violento com os invasores, com feridos dos dois lados.

AGOSTO DE 1998

Depois das tentativas de retirada da invasão, o GDF elabora uma ação para desarmar os moradores. Na Operação Tornado, um policial militar é morto. Dias depois, cinco invasores são executados. PMs são suspeitos de envolvimento nos assassinatos.

MARÇO DE 1999

Os deputados distritais aprovam projeto, de autoria de José Edmar (PMDB), que cria a Vila Operária.

ABRIL DE 1999

Roriz não acata a criação da Vila Operária e veta o projeto.

JUNHO DE 1999

A CEB começa a instalar postes de iluminação na favela. As famílias passam a ter energia elétrica nos barracos. A invasão volta a crescer.

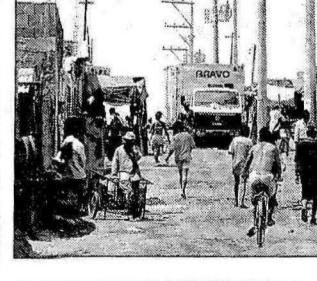


CRÍANÇA BRINCA NA LAMA EM 1998: UM ANO ANTES, APENAS 700 BARRACOS

DEZEMBRO DE 2000

A Estrutural já abriga mais de cinco mil famílias. Os barracos de madeira dão lugar a casas de alvenaria.

Ronaldo de Oliveira 10.09.99



POSTES DE LUZ CONSOLIDAM A INVASÃO EM 1999: CRESCIMENTO

FEVEREIRO DE 2001

Sem infra-estrutura, a Estrutural é atingida por um surto de dengue. Mais de 80 casos da doença são confirmados.

NOVEMBRO DE 2001

José Edmar entra em cena de novo e apresenta outro projeto

para regularizar a invasão, transformando a área em Zona Habitacional de Interesse Social e Público e dando a ela o nome de Vila Estrutural. A proposta revolta os ambientalistas e divide o próprio GDF colocando na oposição a José Edmar os secretários de Meio Ambiente, Antônio Barbosa, e de Habitação, Ivelise Longhi.

DEZEMBRO DE 2001

O projeto de José Edmar é aprovado na Câmara Legislativa por 15 votos favoráveis. Sete deputados votaram contra e dois se abstiveram.

JANEIRO DE 2002

Aprovada na Câmara Legislativa, a lei chega ao Palácio do Buriti. Mas, aconselhado por sua assessoria, Roriz decide não assumir o ônus de sancioná-la. Prefere silenciar e devolver a lei aos próprios deputados para que o Legislativo se encarregue de promulgá-la.

MP ameaça com ação civil

O procurador da República Alexandre Camanho garante que a posição do Ministério Público continua a mesma. "O governo não pode tomar nenhuma medida de regularização da Estrutural antes de fazer o Estudo de Impacto Ambiental."

"Não sou eu, o governo ou a Câmara Legislativa que vai dizer se pode haver uma cidade ali, e sim as informações técnicas sobre o local", acrescentou Camanho. O procurador já avisou que ingressará com ação civil pública contra o governo, se a legalização for iniciada antes da conclusão dos estudos ambientais.

O governo promete fazer o estudo, apostando que o resultado permitirá a ocupação da área, ainda que com restrições. "Só depois da licença ambiental e dos projetos urbanísticos poderemos dar a escritura dos lotes para os moradores", informou o secretário de Assuntos Fundiários, Odilon Aires. "Mas isso não deve acontecer antes das eleições."

Especialistas em meio ambiente, no entanto, acreditam que a iniciativa do governo vai esbarrar na legislação ambiental. "Na prática, essa lei é inconstitucional. E eles não terão a aprovação do Ibama (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Não-Renováveis) para a ocupação da Estrutural", avaliou João Arnolfo Carvalho, conselheiro do Fórum das ONGs Ambientalistas do DF e Entorno.